

# **A Indústria Transformadora dos Produtos da Pesca em Portugal. Entre a tradição e o futuro <sup>1</sup>**

**Fernando Chagas DUARTE**

Geógrafo. Técnico Superior na  
Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura

## **Resumo**

*Englobando Portugal a maior Zona Económica Exclusiva de todos os países da EU, e sendo simultaneamente aquele que consome a maior capitação de pescado e de produtos do mar de toda a Comunidade, a sua preparação e transformação assume uma importância relevante na estrutura económica e social do País.*

*A distribuição geográfica dos vários sub-sectoros demonstra dinâmicas próprias e diferenciais que ao serem comparadas revelam tendências muito explícitas, e que, com os filtros históricos locais, ajudam a explicar as localizações e concentrações fabris e as actuais dinâmicas produtivas. Neste contexto, as evidentes especializações territoriais do sector, necessariamente litorâneas, têm conhecido na última década ajustamentos importantes, muitos delas no sentido do reforço de economias de aglomeração e escala, outras na procura de mercados alternativos.*

**Palavras-chave:** Desenvolvimento regional; Fileira da pesca; Indústria Transformadora da Pesca; Subsectores; Conservas; Bacalhau; Pescado congelado; Balança comercial dos produtos da pesca.

---

<sup>1</sup> Comunicação apresentada na XXII Semana das Pescas dos Açores, Faial, 29 de Março de 2004

## Abstract

*Since Portugal embodies the larger Exclusive Economic Zone amongst all the EU countries, and is also the country with the higher consumption rates of fish and other sea products per capita in the whole Community, their preparation and transformation assumes a significant importance in the economical and social structure of the country.*

*The geographical distribution of the various sub-sectors shows proper and differential dynamics that, when compared, show very explicit trends, and with the local historical filters, help to explain the industrial localizations and concentrations and the current productive dynamics. In this context, the clear territorial specializations of the sector, obviously coastal, have suffered in the past decade significant adjustments, many of them aiming at reinforcing the economies of scale and accumulation, others at searching for alternative markets.*

**Key-words:** Regional development; Fishing branch; Fishery Manufacturing Industry; Sub-sectors; Cannery; Codfish; Frozen fish; Trade balance of fishery products.

## Résumé

*Du fait que le Portugal détient la plus extensif Zone Économique Exclusive de l'UE, en étant simultanément celui où la capitacion de poisson et de produits de la mer est la plus élevée de la Communauté, la préparation et transformation du poisson suppose une importance majeur dans la structure économique et sociale du Pays.*

*La distribution géographique des plusieurs sous-secteurs démontre des dynamiques propres et différentielles. Leur comparaison révèlent des tendances très explicites et, avec les filtres historiques locaux, aident à expliquer les localisations et les concentrations industrielles et les dynamiques productives actuelles. Dans ce contexte, les spécialisations territoriales du secteur de la pêche, nécessairement littorales, ont connu dans la dernière décennie des ajustements importants, la plupart de ceux-ci dans le sens du renforcement d'économies d'agglomération et d'échelle, autres dans la recherche de marchés alternatifs.*

**Mots-clés:** Développement régional ; Filière de la pêche ; Industrie de transformation ; Sous-secteurs ; conserves de poisson, morue ; produits congelés ; balance commerciale des produits de la pêche.

## Introdução

A importância do sector ou fileira da pesca em Portugal remonta aos primórdios da nacionalidade. Uma fatia significativa da alimentação das populações foi desde sempre garantida por espécies piscícolas, mantendo-se hoje o pescado como uma importante e estratégica fonte alimentar.

É, assim, muito relevante a pesca enquanto componente produtiva, considerados quer o tradicional ramo primário das capturas e da produção aquícola, quer o exclusivamente industrial ou transformador, quer ainda o das componentes terciárias, de onde emergem o comércio e a logística.

As estruturas da pesca, necessariamente próximas da orla costeira e baseada em portos distribuídos ao longo de toda a costa, foram sendo construídas em função da dinâmica própria de cada local, em estreita relação com os mananciais de pescado disponíveis. O que hoje existe, reside nesta lógica.

As unidades de transformação e preparação de pescado, necessariamente, mantiveram aquele princípio, afastando-se dos locais de descarga à medida que as redes de distribuição, de transportes e de armazenagem o foram permitindo. Hoje pode-se afirmar que existe – pelo menos em termos potenciais – uma situação de máxima difusão no território.

Neste contexto, o processo de globalização veio acrescentar uma nova e forte pressão competitiva às empresas transformadoras, aumentando-lhes as exigências quanto à opção de localização. Ou seja, as opções locais (cidades, regiões, áreas especializadas ou simplesmente concentradas) dos estabelecimentos industriais são agora tomadas mais em função da sua capacidade de organização económica, da inserção nas redes de negócio existentes e potenciais, da acessibilidade às infra-estruturas de comunicação e transporte, da avaliação da presença de unidades logísticas, de bacias de emprego, enfim da consideração da existência de um *ambiente favorável*, do que da mera proximidade aos locais de capturas e às infra-estruturas piscatórias que, sendo ainda muito importantes, têm vindo a perder terreno para aqueles factores.

## A Fileira da Pesca em Portugal e no Mundo: um enquadramento genérico

A produção de pescado, na pesca e na aquicultura, constitui hoje uma actividade económica e social incontornável no que diz respeito à produção de proteína para alimentação, mas também quanto à subsistência de inúmeras comunidades que, tradicionalmente, se dedicam a estas funções.

Segundo a FAO, produz-se no mundo inteiro aproximadamente 130 milhões de toneladas de pescado, das quais cerca de 60 a 65% provém da captura marinha.

Maioritariamente é no Pacífico (mais de 60% do total) que ocorrem as maiores capturas, seguindo-se o Atlântico (25 a 30%).

Da totalidade capturada, apenas 75 a 80% é destinada ao consumo alimentar, em capitações anuais de 15 a 20 Kg, e com procuras crescentes. Nas regiões mais ricas este crescimento do consumo de pescado ocorre por razões associadas ao *marketing* da saúde, nas regiões mais pobres porque é, em muitos casos, a fonte proteica mais barata (ou mesmo a única disponível).

Ainda de acordo com a organização alimentar da ONU, cerca de 90% das áreas de pesca estão sob jurisdição nacional e uma porção significativa destas áreas encontram-se dentro das 25 milhas: são responsáveis por 50% do peixe capturado a nível mundial, ocupam muitos milhões de pessoas, e abastecem quase todo o peixe consumido nos países em desenvolvimento, tornando-se por isso em áreas críticas numa equação onde se faça o cálculo das reservas futuras.

Na União Europeia, com uma produção de mais de 8 milhões de toneladas – a que acrescem mais 5 milhões de importação – o consumo de pescado *per capita* ronda os 22 a 25 Kg, tornando o mercado comunitário num dos maiores do mundo. O conjunto das frotas dos Estados-membro é, por seu lado, responsável pelo posicionamento da UE em terceiro lugar entre as potências pesqueiras.

Em termos sociais, a Comunidade reconhece que os postos de trabalho do sector são “*a espinha dorsal da economia de grande número de zonas costeiras da UE*”, nas quais Portugal enquanto Estado-membro tem lugar destacado. Embora a contribuição do sector para o PIB nacional seja genericamente inferior a 1%, há a convicção de que a sua importância é extremamente elevada, até porque nas regiões onde se insere não existem, em muitos casos, situações alternativas.

A competição e a concorrência, resultante da globalização do mercado dos produtos da pesca, é outro aspecto essencial nas actuais relações internacionais. A necessidade de constante acesso à informação, aos mercados de matéria-prima e a tecnologia que permita manter a competitividade dos sectores, obriga a constantes adaptações, algo que era ainda desconhecido por grande parte dos agentes económicos até há alguns anos a esta parte. Os apoios financeiros, de origem nacional e comunitária, tentam obstar a maiores dificuldades, quer no sentido da reestruturação e readequação das unidades já no terreno, quer para projectos novos ou inovadores que tentam encontrar o seu próprio espaço no mercado ou vir a introduzir alternativas ao actual padrão.

Se a pesca depende essencialmente da disponibilidade dos recursos, o sector transformador vê a sua competitividade depender em primeira instância da capacidade e flexibilização do seu abastecimento, não só quanto à quantidade, mas também quanto ao seu preço e à sua qualidade.

Porque as normas higio-sanitárias se tornaram mais rigorosas, isso implicou inevitavelmente mais áreas de saber envolvidas, maior incorporação tecnológica

e, sobretudo, mais custos unitários. Este caminho trouxe inovação ao sector, com medidas e circuitos produtivos mais apropriados, mas que, pesem os aumentos das quantidades produzidas, foi acompanhado por uma diminuição geral do emprego – quer pelo encerramento, quer pela fusão com unidades maiores em procura de economias de escala.

## Em Portugal

A fileira da pesca em Portugal tem associada a si um longo historial cultural, social, técnico, económico e gastronómico que mantém vivas importantes comunidades piscatórias, consideráveis efectivos de mão-de-obra em todos os sectores de actividade, e significativos contingentes económicos e de infra-estruturas.

Com uma costa muito extensa com quase 950 quilómetros, e com uma Zona Económica Exclusiva que, englobando os arquipélagos dos Açores e da Madeira, é a maior da UE, as principais estruturas localizam-se obviamente junto no litoral, numa lógica que a história e as condições fisiográficas impuseram.

Actualmente o País é um grande consumidor de pescado, com cerca de 60 Kg/pessoa/ano, o que significa quase um quarto da dieta-tipo da população portuguesa. Esta população, da sua matriz cultural católica, habituou-se a um regime alimentar onde, em largos períodos no ano, imperava o peixe, tornando-se assim num dos povos com maior capitação no consumo de pescado a nível mundial, e o maior de toda a Europa comunitária.

A gesta dos Descobrimentos trouxe importantes vantagens ao nível da pesca e da exploração haliêutica, de que os actuais gostos e consumo de bacalhau salgado seco são, porventura, o maior legado. Também nessa forma específica de transformação e preparação de pescado somos os maiores consumidores mundiais, com a criatividade de, culinariamente, se conseguirem inúmeros e diferentes preparados. Dizem que de *mil e uma maneiras diferentes*.

Por seu lado, as espécies mais frequentes na costa continental – a sardinha, a cavala ou o atum – estiveram na génese da instalação das primeiras estruturas industriais de transformação de pescado, as fábricas de conservas, que durante décadas foram das mais importantes fontes de receita da balança alimentar portuguesa. Logicamente, foram-se radicando em torno dos portos piscatórias, constituindo fortes agregados populacionais com grande enraizamento nas questões da pesca e do mar, e fortalecendo-se com um saber-fazer geracional.

Mais tarde, com a profusão dos meios de congelação, as lógicas de produção alteraram-se, e assistiu-se a alguma difusão de unidades de transformação no interior do território, agora sobretudo baseadas na distribuição e comércio alimentar, e mais do que procurando vantagens competitivas junto de novos mercados.

## A Produção Primária e a Balança Comercial dos Produtos da Pesca

Datam do período ainda anterior à adesão à Comunidade as vicissitudes que o sector pesqueiro português vem atravessando ainda hoje. Por isso tem sido sujeito a alterações profundas.

Por motivos associados às conjunturas internacionais, nomeadamente e criação das zonas económicas exclusivas, e por outro às condições específicas dos recursos disponíveis na nossa própria ZEE, o País foi obrigado à reestruturação da frota e dos próprios regulamentos do exercício das actividades.

A Zona Económica Exclusiva portuguesa não encontra um paralelismo entre a sua enorme extensão e a presença de recursos, pelo que tradicionalmente as frotas portuguesas demandavam águas internacionais e pesqueiros hoje sob jurisdição de países terceiros. Com as alterações dos regimes das águas territoriais sobretudo em países terceiros, mas não esquecendo as implicações trazidas com a adesão à Comunidade em 1986, Portugal viu-se obrigado à diminuição e reestruturação das frotas, com a consequente diminuição das capturas e o abandono da actividade de quase um terço dos pescadores. Estes factos têm obrigado à valorização da actividade da pesca em águas nacionais e comunitárias, uma vez que inúmeras comunidades continuam a depender da actividade, a de pesca propriamente dita, mas também de outras associadas: a montante, como a construção naval, ou a jusante, como o comércio alimentar de frescos ou a produção de conservas, por exemplo.

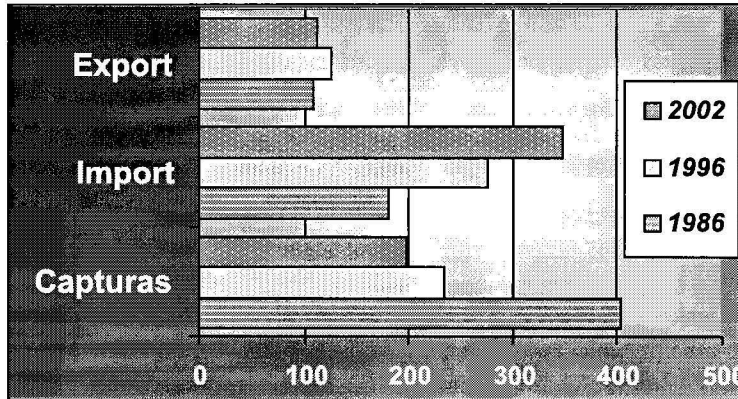
Dadas as espécies disponíveis, a pesca em águas nacionais é exercida por três grandes segmentos: o cerco, destinado aos pequenos pelágicos como a sardinha ou a cavala; o arrasto, destinado quer ao peixe (carapau, pescada, verdinho), quer aos crustáceos (camarão, lagostim); e a polivalente que abrange um conjunto diversificado de embarcações, artes e pesqueiros, com significado, por exemplo, quanto ao carapau, peixe-espada preto, polvo ou berbigão, mas onde quase 50% do total descarregado não são espécies com quantidades relevantes.

Em 2003 operavam cerca de 10.500 embarcações, das quais a esmagadora maioria são de muito pequena dimensão e estão radicadas maioritariamente nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Algarve, contando-se com mais de 23.600 pescadores matriculados, em maioria na pesca polivalente e no arrasto.

Para se ter uma noção de conjunto do sector transformador da pesca é importante ter presente que a produção nacional de peixe – pesca propriamente dita – diminuiu a uma taxa relativamente alta: 5,5% ao ano, no decénio 1986 e 1996 (*PESCAS EM PORTUGAL, 1986-1996*, INE/DGPA, 1998). Estes números reflectem um decréscimo agregado de 42%, ou seja, passando das 403 mil toneladas capturadas em 1986 para as 234 mil toneladas de 1996, e daí para as 198 mil em 2002 (novo decréscimo de 16% nos últimos seis anos). Salvarde-se, em abono da verdade, que as capturas dos últimos anos em águas nacionais, têm conhecido algum cres-

cimento – que se cifra em 1,6% de 2001 para 2003 – e que tem reflexo nos melhores resultados conseguidos pelas Regiões Autónomas.

Figura 1 – Evolução das capturas e da balança comercial da indústria transformadora das pescas (1986/2002)



Fonte: DATAPESCA e RECURSOS DA PESCA, DGPA

Paralelamente, e no longo prazo, a importação global de pescado tem tido um percurso inverso ao das capturas, num sentido de compensação ou de substituição: média de 9% de crescimento anual, atingindo 275 mil toneladas em 1996 (mais duas vezes e meia do que em 1986). Em 2002 os valores de pescado entrados no País subiram às quase 350 mil toneladas, ou seja, um acréscimo de 27% em apenas seis anos.

Por seu turno, a exportação que subiu de 108 mil toneladas em 1986 para 126 mil em 1996 (+16,7%), volta para valores próximos das 112 mil toneladas em 2002. Ou seja, pode considerar-se ter havido uma certa constância nos volumes exportados nas últimas décadas, com algumas oscilações, mas longe de conseguir equilibrar a balança comercial dos produtos da pesca.

De acordo com os dados mais recentes da DGPA/INE constata-se que a tendência recente da balança comercial dos produtos da pesca continuou a ser negativa, embora com alguma recuperação: nos últimos dois anos verificou-se um considerável ganho nas exportações (Congelados e Salgados), tendência que já se havia iniciado em 1998.

Por subsector, e em volume, é o sector dos **Frescos e Congelados** que assegura a grande fatia quer das importações quer também das exportações. Porém, é também neste sector que o défice é maior, porque importando 260 mil toneladas de pescado e exportando mais de 80 mil, ainda assim o saldo situa-se negativamente nas quase 180 mil toneladas (2002).

**Quadro 1 – Balança comercial dos produtos transformados da pesca por subsector (toneladas)**

Tipo de comercialização	Importações			Exportações			Saldo		
	1998	2000	2002	1998	2000	2002	1998	2000	2002
Total Prod. Pesca	324.724	334.175	348.308	90.065	98.124	112.546	-234.050	-236.050	-235.762
FRC <sup>2</sup>	219.290	236.124	260.031	56.688	66.446	81.157	-162.601	-169.678	-178.873
Salg./Secos	82.688	65.882	58.204	2.502	4.112	7.042	-80.186	-61.770	-51.162
Conservas	11.253	15.151	14.132	28.512	25.352	22.289	+17.259	+10.201	+8.157
Outros	258	274	432	64	95	117	-194	-179	-315

Fonte: Recursos da Pesca, DGPA

O subsector da **Salga e Secagem**, vulgo do *Bacalhau*, embora com uma nítida retracção das importações nos últimos anos – o recurso à matéria-prima em congelado cresceu muito na última década – e mesmo tendo conseguido aumentar os valores exportados, continua a ser um sector de abastecimento interno de uma espécie que simplesmente não está presente nas nossas águas e está muito pouco presente nos pesqueiros externos onde a frota nacional se desloca (ou são baixas as quotas disponibilizadas).

As **Conservas**, conforme se compreende, são o único grupo de produtos que consegue uma prestação positiva em termos de balança comercial: a sua vocação é essencialmente de exportação, especialmente nos fabricos de sardinha. Contudo, nos últimos anos, o mercado interno tem conseguido alterar aquela tendência, sobretudo a partir do segmento do atum.

## A Indústria Transformadora da Pesca em Portugal: os Subsectores

O sector da indústria transformadora das pescas é, como se percebeu, geralmente repartido em três grandes áreas produtivas que correspondem, grosso modo, à tradicional organização que já provém da estrutura agremial do Estado Novo, e que também conhece reconhecimento oficial na Classificação das Actividades Económicas (CAE), a saber: o subsector das **Conservas e Semi-conservas em molhos**, vulgarmente designado *das Conservas*; o subsector da **Salga e Secagem de Pescado**, ou *do Bacalhau*, e o subsector do pescado **Fresco e Congelado**.

Obviamente que o fundamento comum destes ramos produtivos é o facto de todos eles se tratarem de actividades económicas de produção alimentar baseadas no pescado. Porém, a lógica de “separação de águas” entre subsectores bem definidos baseia-se tacitamente na questão tecnológica da transformação da matéria-prima (independentemente de qual), ou seja, a esterilização e estanqueidade da embalagem no caso das *Conservas*, a preparação e maturação pelo sal e a secagem no caso do *Bacalhau*, a congelação do músculo no caso dos *Congelados*. Porque se entende que o pescado congelado terá de ser descongelado para ser consumido

<sup>2</sup> Fresco, Refrigerado e Congelado.



enquanto alimento final, e porque a transformação de produtos frescos ou refrigerados é uma realidade com pouca expressão nacional, estes têm sido agregados num único subsector.

Pesem as óbvias diferenças, cada subsector encontra aspectos comuns que se prendem essencialmente com questões de disponibilidade de matéria-prima, em quantidade e qualidade industrial adequada, e com questões inerentes quer aos mercados de aquisição (grande parte do pescado, ou outras componentes do ciclo de produção, resultam de importação directa ou indirecta por parte das empresas), quer aos mercados de colocação: se a importância estratégica do subsector das conservas depende das condições comerciais de exportação, todo o restante sector incide primordialmente sobre o mercado interno, numa lógica de abastecimento alimentar.

O aspecto de se tratar de uma actividade económica, mas ao mesmo tempo de se estar perante produção alimentar, é uma questão de tal modo premente que pode, no limite, impedir ou condicionar a produção dos alimentos. Este facto fica patente, por exemplo, nas restrições legais inerentes à protecção alimentar e que são impostas por força de lei: o licenciamento dos estabelecimentos, o controle de qualidade das linhas de produção, a rastreabilidade das matérias-primas, a certificação de produtos, a capacidade e qualidade do armazenamento, a capacidade e qualidade do transporte, etc.

As obrigações técnicas impostas por força de legislação, com harmonização para todo o espaço comunitário, têm obrigado à correcção de deficiências sérias de que o sector foi padecendo durante décadas. Porém, e ao mesmo tempo, aquelas obrigações têm concorrido para o encerramento de unidades que, ao longo dos tempos, foram capazes de demonstrar capacidade de colocação do produto no mercado sem constrangimentos de maior, mas que simplesmente não se conseguiram adequar as estas novas exigências.

Contudo, constata-se uma significativa taxa de renovação de empresas licenciadas, uma vez que têm surgido no mercado um crescente número de novas empresas, assim como se verifica um certo reposicionamento de empresas provenientes de outros sectores, e que vêm substituir unidades já instaladas.

De facto, nos últimos anos (desde 2000) foram licenciados 34 novos estabelecimentos (dois na região Norte e ambos de congelados; onze na região Centro, dos quais cinco de congelados e seis de bacalhau; quinze na região de Lisboa e Vale do Tejo, dos quais nove de congelados, dois de bacalhau e quatro de actividades diversas; dois na região do Alentejo, ambos de congelados; e quatro estabelecimentos no Algarve, todos também de congelados).

Estão ainda em diferentes fases do processo de licenciamento mais dezanove (17 estabelecimentos de Congelados, dos quais 14 novas unidades e 3 alterações, 1 novo de Conservas, e uma alteração de Bacalhau). Regionalmente, dos pedidos

de licenciamento em curso, seis provêm da região Norte, quatro da região Centro, cinco da de Lisboa e Vale do Tejo, um do Alentejo, e três do Algarve.

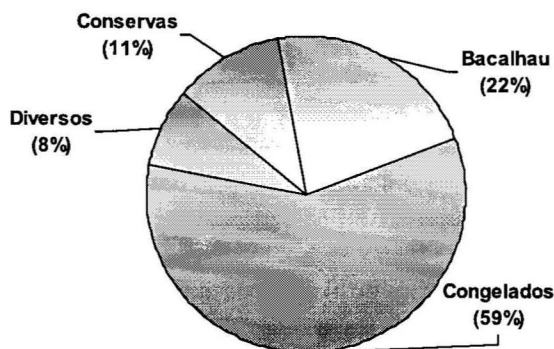
O tecido empresarial da indústria transformadora dos produtos da pesca, que engloba actualmente 199 unidades licenciadas ao longo do Continente <sup>3</sup>, é composto sobretudo por empresas de pequena e média dimensão, cuja intensidade de mão-de-obra é relativamente baixa, excepto no caso do ramo conserveiro.

**Quadro 2 – Distribuição dos Estabelecimentos Licenciados – Março 2004**

Nut II	Conservas		Bacalhau		Congelados		Diversos		Total	
Norte	10	45%	0	0%	21	18%	2	13%	33	16%
Centro	4	18%	30	68%	32	27%	4	25%	70	34%
LVT	3	14%	14	32%	47	40%	8	50%	79	38%
Alentejo	0	0%	0	0%	6	5%	0	0%	6	3%
Algarve	5	23%	0	0%	11	9%	2	13%	18	9%
Continente	22	100%	44	100%	117	100%	16	100%	199	100%

Fonte: DGPA, 2004

**Figura 2 – Distribuição Sectorial das Unidades Licenciadas**



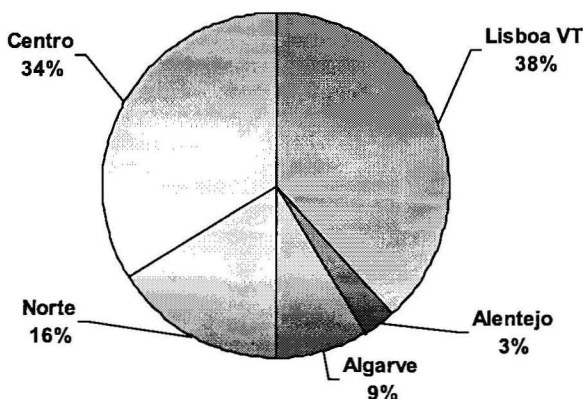
Fonte: DGPA, 2004

A maioria das unidades de processamento de pescado está no subsector dos Congelados com 117 estabelecimentos licenciados (59%), no que segue o subsector do Bacalhau com 44 unidades instaladas (22%) e o das Conservas (22 estabelecimentos industriais, 11% do total). No global nacional estão incluídos dezasseis estabelecimentos que se repartem entre unidades de fumados, de marinagem ou simplesmente entrepostos frigoríficos.

<sup>3</sup> O licenciamento das unidades das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores são da sua inteira responsabilidade, não se encontrando centralizados na DGPA, não se dispondo de dados actualizados.

Geograficamente é na região de Lisboa e Vale do Tejo que se concentra a maior fatia das unidades do Continente (79 fábricas, 38% do total), a que segue a região Centro com 70 estabelecimentos (34%). A região Norte agrega 33 estabelecimentos (16%), enquanto que no Algarve estão implantados 18 (9%). O Alentejo é a região de menor expressão no sector, com apenas 6 estabelecimentos (3% do Continente).

Figura 3 – Distribuição Regional das Unidades Licenciadas



Fonte: DGPA, 2004

## A Especialização Regional e Local

Na ciência regional, a especialização territorial tem implícita a perspectiva de que é francamente vantajosa a existência de economias de aglomeração para que o desenvolvimento das regiões ocorra. A confiança e a percepção que os agentes têm do sector e da região fazem o resto.

Neste sentido, a perspectiva atomizada da localização, negligenciando a interdependência das actividades e dos agentes e pensando os lugares como se tratasse de pontos e não como áreas que beneficiam de vantagens em relação a certos factores produtivos, parece desenquadrada da realidade.

Neste contexto, a distribuição regional dos estabelecimentos do sector, implantados ao longo de 64 concelhos do Continente, revela de facto alguns centros de especialização:

- Na região Norte desenham-se duas áreas importantes, num eixo bipolar que vai da Póvoa de Varzim a Matosinhos, com maior especialização nas

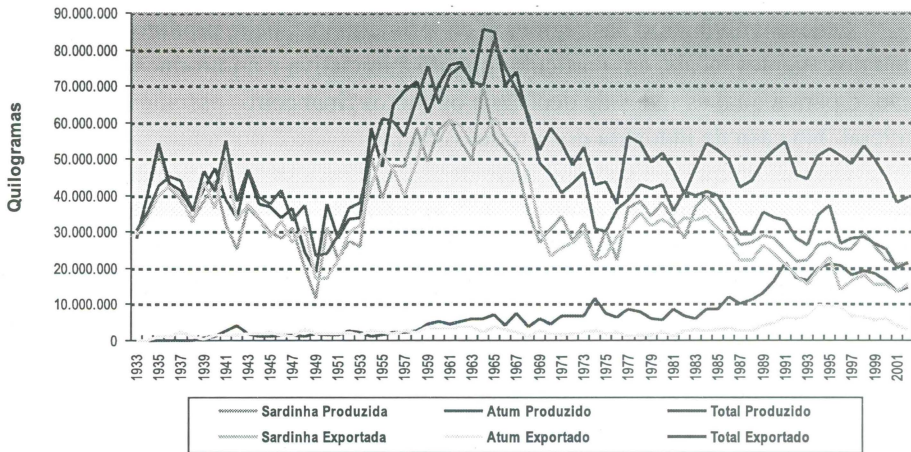
- conservas mas também com uma incidência relevante nos congelados, a par duma estreita relação com a pesca;
- Na região Centro, e no seguimento de uma tradição que se tem mantido desde o apogeu das pescas longínquas, a maior especialização regional gera-se em torno de Ílhavo/Aveiro, no sub-sector da salga e secagem de bacalhau, com uma interessante dispersão de unidades de congelados e com infra-estruturas portuárias muito relevantes;
  - A região de Lisboa e Vale do Tejo, integra três centros com um histórico diferenciado. É a região que tem o maior número de empresas e onde o tecido empresarial é mais equilibrado, verificando-se uma especialização em congelados. Engloba a especialização de Peniche em conservas que, a par de uma importante concentração de unidades congeladoras, mantém uma estreita relação com a armação de cerco; a concentração junto a Lisboa de alguns dos maiores estabelecimentos de secagem de bacalhau do mundo, e duma profusão de unidades de congelação; e ainda Setúbal/Sesimbra, com importantes infra-estruturas portuárias e algumas unidades de congelados;
  - O Alentejo tem sido uma região que se tem mantido à margem da transformação das pescas, apenas pontuando Sines como centro de referência, já sem unidades conserveiras, mas mantendo alguns estabelecimentos de congelados e infra-estruturas portuárias de qualidade;
  - O Algarve é uma região onde a reestruturação do sector se tem feito sentir com alguma severidade. Ainda é um centro especializado nas Conservas, com uma concentração evidente em Olhão, tendo Vila Real de Stº António e Portimão sido preteridos nas últimas décadas em termos de localização preferencial. Constata-se a presença de várias infra-estruturas portuárias com relação directa à indústria.

## A Especialização Subsectorial

Dos diferentes subsectores, o das *Conservas* é aquele que aproveita ao máximo os recursos nacionais, em especial sardinha e cavala, e o que emprega maior número de pessoas (40% do total da indústria da pesca), traduzindo a sua maior necessidade de trabalho humano para atingir padrões mais elevados de qualidade comercial. As conservas significam cerca de 30% do volume total do pescado transformado e cerca de 25% do seu do valor global. É um sector que conheceu uma profunda reconversão tecnológica e avultados investimentos.

O subsector do *Bacalhau*, por oposição, é aquele que mais depende de matéria-prima externa e da importação, embora signifique 46% do total da transforma-

Figura 4 – Evolução nacional das conservas em molhos (1933-2002)



Fonte: IPCP, DGPA INE – Cálculos Próprios

ção interna de pescado, cerca de 55% do seu valor, e ocupe 22% da mão-de-obra. Esta elevada proporção das quantidades transformadas totais tem origem no facto de o consumo de bacalhau representar cerca de um terço de todo o pescado consumido no País, incluído o fresco. O subsector da Salga e secagem conheceu, na última década, elevados investimentos que adequaram os estabelecimentos em tecnologia e condições higio-sanitárias, mas que obrigaram ao quase abandono das formas tradicionais de produção, em detrimento de ganhos de competitividade indispensáveis. Actualmente existem fortes movimentos por parte dos agentes económicos quanto ao reconhecimento oficial das formas tradicionais de produção conducentes ao reconhecimento comunitário enquanto Especialidade Tradicional Garantida.

Por exclusão de parte, os *Congelados* denotam situações mistas quanto à integração de matéria-prima nacional e externa, embora se mantenham muito dependentes das importações. É responsável por mais de 22% do pescado transformado em Portugal (e cerca de 20% do seu valor), numa estreita aproximação às redes comerciais. Ocupa mais de um terço da mão-de-obra do sector, em estabelecimentos que vão das muito pequenas unidades a fábricas modernas e de grande incorporação tecnológica. É, actualmente, o subsector mais dinâmico e flexível, com maior margem de crescimento e, porventura, de maior rentabilidade.

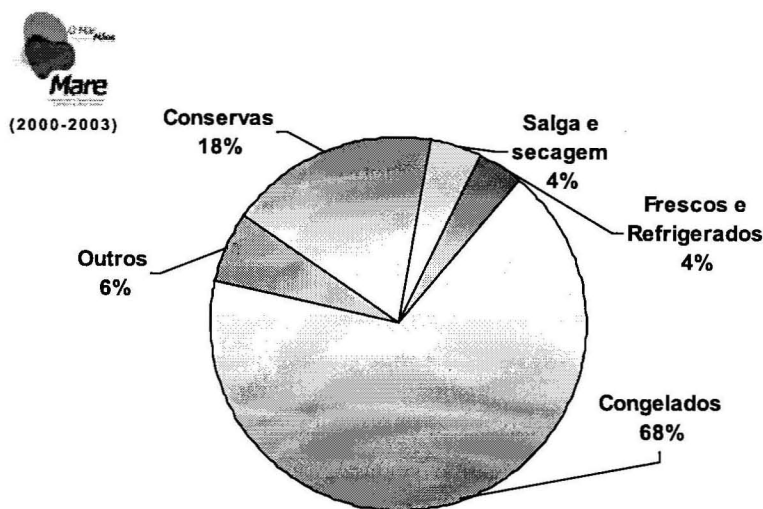
## Os Investimentos no Sector da Transformação e Comercialização

O desenvolvimento das regiões é, em primeira instância, produto da motivação dos agentes locais, em particular quanto à iniciativa e à introdução de inovação, e para a qual as redes de decisão e os fluxos financeiros assumem um papel fulcral. No caso da indústria dos produtos da pesca não é diferente.

Cientes de que a disponibilidade de mecanismos de financiamento é pedra angular na sustentabilidade da fileira, a Comunidade e Portugal enquanto Estado-membro, disponibilizam através do Programa Operacional Pesca, designado por MARE, diversas linhas de financiamento para diferentes projectos integrados no sector das pescas, da infra-estruturação e equipamentos, passando pela frota, aquacultura, transformação e comercialização, até à promoção, investigação e apoio à competitividade.

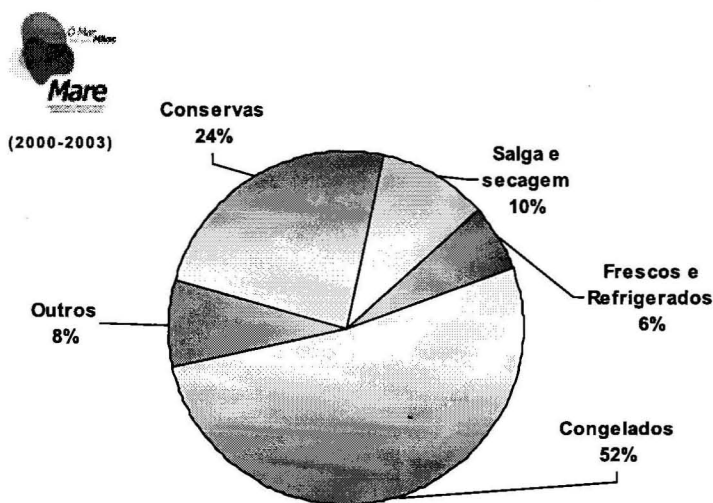
No que diz respeito à transformação e comercialização em particular, e para o período entre 2000 e 2003, foram aprovados 50 projectos dos diferentes subsectores, num total de investimento de cerca de 45,5 milhões de euros. Deste total, a maior fatia refere-se a projectos (vinte e seis) e a investimentos (30,7 milhões de euros) aprovados para o subsector dos congelados (ou seja, respectivamente, 52% dos projectos aprovados e 68% do investimento total).

Figura 6 – Investimento por Subsector  
Transformação e Comercialização



Fonte: DGPA, Fev. 2004

**Figura 7 – N.º Projectos Aprovados por Subsector  
Transformação e Comercialização**



Fonte: DGPA, Fev. 2004

## Síntese da Realidade Actual e o Futuro

### VANTAGENS E POTENCIALIDADES

- Elevada capitação de pescado por parte dos portugueses (cerca de 60 Kg/ano), o que torna o mercado nacional muito apetecível para as empresas do ramo, proporcionando mercado suficiente para a geração de economias de escala e de aglomeração;
- Subsectores bem definidos, com estratégias diferenciais quer quanto à aquisição de matéria-prima, quer quanto aos aspectos produtivos e comerciais, gerando flexibilidade no abastecimento;
- Concentração industrial em torno de alguns portos, geradora de escala e aglomeração, a par de uma difusão territorial que permite a flexibilização comercial em função do mercado de destino;
- Interação dos parceiros industriais com os fornecedores em bases de confiança, permitindo obviar, com algum grau de segurança, a carência de matéria-prima nacional;
- *Know-how* de longa tradição, com fortes especializações regionais;
- Importante fatia do emprego do sector transformador alimentar (cerca de 7.000 empregos directos);

- Elevado incremento de valor acrescentado do produto, tanto mais que a matéria-prima bruta é essencialmente externa;
- Crescentes preocupações ambientais, promovendo a interação com a aquacultura por um lado, e com o tratamento dos efluentes por outro;
- Importância dos apoios comunitários para instalação e modernização dos diferentes subsectores.

### PONTOS CRÍTICOS

- Grande dependência da importação genérica de matéria-prima;
- Fraca oferta nacional de pescado, muito centrada nos pequenos pelágicos (sardinha, carapau);
- Falta de entendimento operativo entre as Organizações de Produtores/Pesca e a indústria, com poucos exemplos de integração vertical;
- Intermitente acção no terreno, com reflexo no controlo preventivo dos circuitos industrial e comercial, e com prejuízo ao nível da confiança dos diferentes agentes económicos;
- Deficiente relacionamento com os centros de investigação e inovação;
- Integração difícil de gerir entre o circuito produtivo e a entrada no circuito comercial, hegemonicamente centrado nas grandes superfícies e cadeias.

As relações comerciais, dentro e fora da UE, e na consciência da globalização dos mercados, têm vindo a alterar as condições locais e regionais de competitividade, deixando às comunidades o papel de encontrarem as suas próprias soluções – que muitas vezes simplesmente são impossíveis de encontrar nos moldes tradicionais – para o seu desenvolvimento e sustentação económica.

O sector transformador da pesca tem conseguido prevalecer e afirmar-se num País exigente quanto à qualidade e diversidade alimentar, ajustando-se com sucesso às vicissitudes dos mercados, às evoluções tecnológicas com tremendos impactos no aspecto económico e social, e à conhecida inércia à inovação. Tem conseguido fazer o cruzamento entre o tradicional e o moderno, entre o saber-fazer decantado na cultura de gerações e a alta velocidade das redes de informação e da introdução tecnológica. Sobretudo tem sabido gerir a capacidade estratégica de alimentar 10 milhões de portugueses que continuam a ter, em média, uma refeição de pescado em cada quatro ou cinco que consomem.

Porque na fileira das pescas ocorrem, por causas ditas “naturais”, fenómenos de especialização territorial, onde os agentes se revêem, e de onde operam em função dos mercados, é neste patamar de especialização que o futuro do sector se pode enquadrar com mais robustez. As infra-estruturas da pesca, dos portos e lotas às unidades de transformação, estão implantadas no



território de modo lógico, depurado pela história, mas com uma racionalidade económica e social dinâmica.

O desenvolvimento das regiões, na acepção do crescimento económico e da sustentabilidade ambiental e social, pode ser alcançado mais facilmente quando se olha para a fileira de modo integrado. É mais do que um objectivo, é um caminho necessário.